

FERNANDO MORAIS

CORAÇÕES SUJOS

A HISTÓRIA DA SHINDO RENMEI

3ª edição



Copyright © 2000 by Fernando Morais

Projeto gráfico e capa:
Hélio de Almeida

Preparação:
Carlos Alberto Inada

Revisão:
Beatriz de Freitas Moreira
Carmen S. da Costa

Revisão de termos japoneses:
Jefferson José Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Morais, Fernando
Corações sujos / Fernando Morais. — 3ª ed. —
São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

Bibliografia.
ISBN 978-85-359-1937-0

1. Imigrantes - Brasil 2. Japoneses - Brasil 3. Repórteres
e reportagens 4. Shindo Renmei (Seita nacionalista japonesa)
I. Título.

11-07670

CDD-304.881052

Índice para catálogo sistemático:

1. Shindô Renmei : imigrantes japoneses no
Brasil : Sociologia 304.881052

2011

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
Fax: (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

1	SETE JAPONESES QUEREM DEGOLAR UM CABO DA FORÇA PÚBLICA: VAI RECOMEÇAR A SEGUNDA GUERRA.....	7
2	SÚDITO DO EIXO NÃO PODE TER RÁDIO, CARRO, DINHEIRO. NÃO PODE NEM FALAR.	43
3	UM VELHINHO COMANDA O TERROR NA COLÔNIA JAPONESA: É O SÁBIO CORONEL KIKAWA	83
4	MIZOBE PARECE ESTAR NADANDO NO AR: CAI MORTO O PRIMEIRO <i>MAKEGUMI</i>	125
5	A POLÍCIA DESCOBRE O <i>FUMIE</i> , A TORTURA QUE SÓ FERIE A ALMA DO PRESO	171
6	JAPONESES SÃO CAÇADOS A LAÇO E ARRASTADOS PELAS RUAS DA CIDADE. CHEGOU O “DIA DA FORRA”.....	217
7	EIITI SAKANE, O <i>RONIN</i> SOLITÁRIO, PREPARA UM BANHO DE SANGUE EM TUPÃ	249
8	NA TRIBUNA, PRESTES, CAPANEMA E GILBERTO FREYRE: A “CAMORRA AMARELA” RACHA A CONSTITUINTE AO MEIO	289
9	UM <i>TOKKOTAI</i> SERÁ TORTURADO E MORTO EM SEGUIDA. ACABOU A SHINDO RENMEI.	313
EPÍLOGO		
	SALDO DA AVENTURA: 31 MIL PRESOS, 381 DENUNCIADOS E 80 EXPULSOS DO BRASIL. MAS JK PERDOARÁ A TODOS.....	329
	PERSONAGENS ENTREVISTADOS.....	337
	ARQUIVOS CONSULTADOS	339
	BIBLIOGRAFIA	341
	CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES	345
	AGRADECIMENTOS.....	347
	SOBRE O AUTOR.....	349

A voz rouca e arrastada parecia vir de outro mundo. Eram pontualmente nove horas da manhã do dia 1º de janeiro de 1946 quando ela soou nos alto-falantes dos rádios de todo o Japão. A pronúncia das primeiras sílabas foi suficiente para que 100 milhões de pessoas identificassem quem falava. Era a mesma voz que quatro meses antes se dirigira aos japoneses, pela primeira vez em 5 mil anos de história do país, para anunciar que havia chegado o momento de “suportar o insuportável”: a rendição do Japão às forças aliadas na Segunda Guerra Mundial. Mas agora o dono da voz, Sua Majestade o imperador Hiroíto, tinha revelações ainda mais espantosas a fazer a seus súditos. Embora ele falasse em *keigo* — uma forma arcaica do idioma, reservada aos Filhos dos Céus e repleta de expressões chinesas que nem todos compreendiam bem —, todos entenderam o que Hiroíto dizia: ao contrário do que os japoneses acreditavam desde tempos imemoriais, ele não era uma divindade. O imperador leu uma declaração de poucas linhas, escrita de próprio punho. Aquela era mais uma imposição dos vencedores da guerra. Entre as exigências feitas pelos Aliados para que ele permanecesse no trono, estava a “Declaração da Condição Humana”. Ou seja, a renúncia pública à divindade, que naquele momento Hiroíto cumpria resignado:

“Os laços que nos unem a vós, nossos súditos, não são o resultado da mitologia ou de lendas. Não se baseiam jamais no falso conceito de que o imperador é deus ou qualquer outra divindade viva.”

Petrificados, milhões de japoneses tomaram consciência da verdade que ninguém jamais imaginara ouvir: diferentemente do que lhes fora ensinado nas escolas e nos templos xintoístas, Hiro-

íto reconhecia que era filho de dois seres humanos, o imperador Taisho e a imperatriz Sadako, e não um descendente de Amaterasu Omikami, a deusa do Sol. Foi como se tivessem jogado sal na ferida que a rendição, ocorrida em agosto do ano anterior, havia aberto na alma dos japoneses. O temido Exército Imperial do Japão, que em inacreditáveis 2600 anos de guerras jamais sofrera uma única derrota, tinha sido aniquilado pelos Aliados. O novo xogum, o chefe supremo de todos os japoneses, agora era um gaijin, um estrangeiro, o general americano Douglas MacArthur, a quem eram obrigados a se referir, respeitosamente, como Maca-san, o “senhor Mac”. Como se não bastasse tamanho padecimento, o Japão descobria que o imperador Hiroíto era apenas um mortal, como qualquer um dos demais 100 milhões de cidadãos japoneses.

Mesmo carregada de microfonia e ainda menos compreensível pelas ondas do rádio, a voz arrastada deu a volta ao planeta. E chegou ao ponto mais distante possível da Porta Sakurada, no Palácio Imperial de Tóquio, de onde Hiroíto fazia o curto e humilhante pronunciamento. No Brasil eram nove horas da noite quando a voz foi captada em um pequeno rádio Vestingal — como eram chamados os aparelhos da marca Westinghouse — na casa de um anônimo chacareiro brasileiro do bairro Coim, nos arredores da cidade de Tupã, a 550 quilômetros de São Paulo. O Coim era uma das centenas de colônias em que, desde o começo do século, haviam se instalado os imigrantes japoneses. Retransmitida para os brasileiros pelas ondas curtas da Rádio Record, a Fala do Trono foi traduzida para o português quase simultaneamente. Ao final da irradiação, o lavrador sentiu-se seguro para ir à forra contra os japoneses do bairro, com os quais vivia às turras.

Ele não precisou dar mais que cem passos para chegar à cerca do vizinho Shiguelo Koketsu. Como quase todos os patrícios residentes no Coim, Koketsu morava em uma casa pobre, pouco mais que um casebre de madeira, coberto por folhas de zinco. Em vez de encontrar gente chorando, o brasileiro deu com uma animada festa. Cercado

de convidados, todos japoneses, Koketsu comemorava o Ano-Novo que se iniciava. Não o dos brasileiros, mas o Oshogatsu, o começo do ano 21 da Era Showa, ou seja, do reinado de Hiroíto. Da cerca mesmo o vizinho berrou, interrompendo a algazarra:

“Olha aqui, cambada de bodes: acabou de dar no rádio que o rei de vocês não é Deus merda nenhuma. É gente que nem eu, caga e mijá que nem eu. O Japão perdeu a guerra, vocês agora vão ver quem é que vai botar canga em quem.”

Quando dava meia-volta, o brasileiro viu de relance, fincada no chão, atrás de uma árvore, uma vara de bambu em cuja ponta haviam hasteado uma bandeira japonesa de seda. Em vez de voltar para casa, ele subiu numa charrete estacionada na porta e partiu em direção a Tupã para denunciar o que ainda era considerado um crime contra a Segurança Nacional: o hasteamento da bandeira de um dos três países do Eixo, contra os quais até três meses antes o Brasil lutara na Segunda Guerra Mundial — Alemanha, Itália e Japão.

Eram nove e meia da noite quando o baiano Edmundo Vieira Sá, cabo da Força Pública paulista (atual Polícia Militar) e comandante do destacamento de Tupã, chegou à casa de Koketsu acompanhado de meia dúzia de praças. Conhecido na colônia pela truculência com que tratava os japoneses, Edmundo já chegou dando voz de prisão a quem via pela frente. Enquanto gritava e distribuía tapas nos atônitos convivas de Koketsu, deu ordens para que fosse apreendido tudo o que pudesse ser considerado “prova do crime”: cadernos infantis escritos em japonês, livros escolares e até pequenos oratórios xintoístas. O cabo reservou para si a honra de capturar o troféu da expedição: a bandeira japonesa. Arrancou-a com violência do mastro improvisado e, ao passar pelo quintal, em direção ao caminho onde os presos eram embarcados, ouviu os protestos de alguém que, em péssimo português, gritou:

“Não toque na bandeira japonesa! A Hinomaru é sagrada, não pode ser desonrada!”

O policial militar voltou-se para ver de onde vinha a reclama-

ção. Era o dono da casa. Diante de Edmundo, um mulato de quase um metro e oitenta de altura, o franzino Koketsu parecia ainda menor. O cabo tirou da cintura o cassetete de madeira e aplicou no japonês um violento golpe em cada ombro. Contorcendo-se no chão, Koketsu ouviu o policial mostrar, aos berros, que não estava ali para brincadeira:

“A bandeira é sagrada, é? Pois olha aqui o que eu faço com a sua bandeira, seu bode fedorento: limpo merda de vaca da minha bota!”

Agachou-se e, às gargalhadas, esfregou o pedaço de seda branca e vermelha nos coturnos imundos, enquanto dava ordens para seus subordinados:

“Peguem os mais enfezadinhos e botem no caminhão. Vamos levá-los para o xadrez. E cobrem dez cruzeiros de cada um pela condução daqui até Tupã.”

Já era mais de meia-noite quando o subdelegado José Lemes Soares foi acordado em casa por um soldado para dirigir o interrogatório dos detidos. Como a maioria deles mal falava português, foi preciso arranjar um intérprete às pressas, e a escolha recaiu sobre o comerciante e contador Jorge Okazaki, velho amigo dos policiais da cidade. Aquele parecia ser mais um de dezenas de casos semelhantes, ocorridos antes na cidade. Quando terminava, porém, de interrogar o primeiro detido, o policial ouviu o intérprete Okazaki sussurrar em prudente português:

“Doutor, pergunta para eles quem ganhou a guerra, se foi o Brasil ou o Japão.”

Mesmo sem entender direito o sentido da pergunta, o delegado repetiu-a ao preso, que respondeu com convicção:

“Japão ganhou a guerra. No bairro Coim todo mundo sabe disso. Se o Japão tivesse perdido a guerra, todos os japoneses estariam mortos. O Japão nunca perdeu uma guerra, então ganhou essa também.”

José Lemes Soares terminou os interrogatórios às duas e meia

da manhã. Estava convencido de que era carcereiro de um bando de malucos. Afinal, repetida a todos os seis presos, a pergunta recebeu a mesma resposta:

“Quem ganhou a guerra foi o Japão.”

Antes do fim da manhã seguinte as novidades já tinham chegado aos ouvidos da colônia. Além dos detalhes da batida policial na festa, circulou a notícia de que Koketsu havia sido torturado durante a noite na cadeia. Foram dois outros fatos, porém, que despertaram o ódio dos japoneses: a humilhação de ver o policial limpar as botas com a bandeira, e a inexplicável presença de um compatriota, Jorge Okazaki, colaborando com a polícia.

O dia seguinte, 2 de janeiro, transcorreu sem novidades. Quando saía para o trabalho na manhã do dia 3, no entanto, Jorge Okazaki empalideceu ao colocar os pés na rua. Durante a noite tinha sido pintada na fachada de sua casa, em enormes caracteres japoneses, a inscrição ameaçadora: “Traidor da Pátria”. Um papel colocado sob a porta de entrada era mais enigmático, e dizia apenas: “Lave sua garganta!”. Mas Okazaki sabia o que aquilo significava. “Lavar a garganta” era uma expressão usada por japoneses militaristas antes de uma execução: para evitar que a pele “suja” de um traidor contaminasse o aço da catana, a espada ritual dos samurais, o carrasco sugeria que o condenado lavasse a garganta antes de morrer. Okazaki correu para a delegacia de polícia, não sem antes tomar a precaução de colar duas folhas de jornal sobre a pichação — a maneira mais rápida que ele encontrou para esconder o insulto dos olhares dos 13 mil japoneses residentes em Tupã, naquela época uma cidade de quase 45 mil habitantes. O subdelegado ficou intrigado quando o ouviu dizer que a ameaça era obra de uma sociedade secreta japonesa, militarista e seguidora fanática do imperador, que já tinha militantes espalhados por toda a região. Uma seita que sustentava que o Japão havia vencido a Segunda Guerra Mundial. Algumas horas mais tarde Soares começaria a desconfiar que talvez Okazaki não fosse um mitômano e que os presos do dia anterior não eram

meros idiotas.

Como espectros que tivessem surgido do nada, às nove horas da noite sete japoneses descalços, com idades variando entre vinte e 41 anos, sérios e com ar decidido, postaram-se diante da delegacia de polícia. Uns traziam nas mãos porretes de madeira semelhantes a tacos de beisebol. Outros estavam armados das mortais catanas, sabres embainhados em bambu trabalhado, em cujo interior ocultava-se uma afiada lâmina de aço curva, de oitenta centímetros de comprimento. Eles usavam calções ou tinham a barra das calças arregaçada até a metade da perna, como se tivessem acabado de chegar da lavoura. Embora o uso de pêlos no rosto fosse comum entre os imigrantes — de onde nasceria o apelido de “bodes”, dado a eles pelos brasileiros —, apenas um deles, Eiiti Sakane, tinha cavanhaque, bigode e um arremedo de suíças negras no rosto. Como o prédio da polícia ficava em plena avenida Tamoios, no centro da cidade, para chegar até lá tiveram que atravessar uma Tupã às escuras — uma aparição que assombrou os moradores das imediações, que fecharam portas e janelas à aproximação do grupo silencioso. Alguma coisa ruim estava para acontecer. Quando percebeu que os “sete samurais” — como a população passaria a referir-se a eles — tentavam forçar a porta de entrada da delegacia, o soldado Juventino Leandro, carcereiro de plantão, saiu para a calçada empunhando um fuzil e dirigiu-se ao de barba, que parecia ser o chefe do grupo:

“Perdeu o juízo, japonês? Se você está pensando que vai entrar aqui para soltar os presos, pode tirar o cavalo da chuva! Antes disso eu varo metade com a baioneta e passo fogo no resto!”

O suposto chefe, o enfermeiro Eiiti Sakane, de 38 anos, tomou a frente do grupo, protegido por Shimpei Kitamura, um tintureiro de 26 anos de aspecto ainda mais ameaçador por causa do turbante branco amarrado à cabeça. Nenhum dos dois parecia se amedrontar com as ameaças do soldado. Foi Sakane quem respondeu. Enquanto tirava a espada da bainha de bambu, ele desafiou, em um português engrolado:

“Ninguém veio soltar preso. Nós viemos matar o cabo Edmundo, que desrespeitou a bandeira japonesa. Sai da frente que não é nada com você.”

Juventino encostou-se na porta, como se tentasse protegê-la com o corpo, e engatilhou a arma, gritando:

“Quem tentar entrar leva bala! O Edmundo não está na delegacia! Não adianta vocês ficarem aqui, porque ele não está de serviço!”

A cena era assistida a distância por entre frestas de portas e janelas. A curiosidade era grande, mas pouco se podia entender daquela mistura de japonês e português que eles falavam. Depois de alguns segundos de tensão, decidiu-se que um dos japoneses entraria no distrito para se certificar de que o cabo não estava lá. Enquanto Sakane, de catana em punho, “guardava” o soldado na calçada, Kitamura entrou no prédio, vasculhou todos os cômodos e voltou, dizendo em japonês para os companheiros:

“Ele fugiu. Então vai morrer em casa.”

Na curta marcha de quatrocentos metros entre a cadeia e a pensão Santa Terezinha, onde morava o cabo, a imagem assombrosa dos sete japoneses atravessando a cidade sob a penumbra das copas das mangueiras que enchiam as ruas provocou calafrios nos brasileiros que espiavam de longe, escondidos. A luz vinda dos poucos postes fazia faiscar as lâminas das espadas que eles levavam nas mãos, todas já desembainhadas. Ao chegar à pensão o grupo deu com uma aterrorizada empregada, que só conseguiu balbuciar algumas palavras:

“O Edmundo não está aqui.”

Sem pedir ordens, os japoneses entraram pelos corredores e arrombaram a porta do quarto onde vivia o militar — que efetivamente não estava escondido lá. Diante do ar decidido dos visitantes, a moça da portaria da pensão não teve outra alternativa senão contar o que sabia:

“O Edmundo saiu daqui dizendo que ia para o Tênis Clube.”

Os sete sumiram de novo na escuridão, silenciosamente. Ins-

tantes após eles terem deixado a delegacia, no entanto, o soldado Juventino correria ao Hotel Avenida, onde morava o capitão Gil Moss, comandante da v Companhia do Exército, sediada na cidade. Alertado em meio a uma partida de buraco, o militar despachou-se para o quartel. Assim, mal os japoneses se aproximavam da porta do clube e já ouviram o tropel de um pelotão de soldados do Exército, que chegavam armados de fuzis. Cercados pela tropa, receberam voz de prisão. Eiiti Sakane explicou que eles não tinham nada contra o Exército ou contra os brasileiros:

“Só viemos aqui para matar o cabo Edmundo, que limpou as botas com a bandeira japonesa.”

O oficial mandou o japonês calar a boca e anunciou que eles seriam desarmados ali mesmo e levados para o xadrez. A presença da tropa fez ressuscitar a coragem do cabo Edmundo, que surgiu inesperadamente da escuridão, de cassetete na mão. Quando se aproximou do menor e mais jovem deles, Tokuiti Hidaka, pronto para aplicar-lhe um golpe, viu o japonês dar um salto e avançar em sua direção, de espada levantada. Cinco soldados voaram sobre Hidaka e o desarmaram.

Não fossem as espadas e bordunas que carregavam, os sete poderiam ser confundidos com pacatos agricultores das várias colônias de imigrantes japoneses polvilhadas pela região. De todos eles, apenas um declarou falar português fluentemente: o contador Shiguetaka Takagui, de 26 anos, a quem os óculos de grau davam a aparência de um professor primário. Os demais, à exceção do enfermeiro Sakane, eram todos lavradores, budistas, e mal falavam português. Eram Isamu Matsumoto, o mais velho deles, de 41 anos, Sincho Nakamine, de 38, e os dois mais jovens, Isao Mizushima e Tokuiti Hidaka, ambos de vinte anos.

As janelas das casas se entreabriam para ver o cortejo atravessar a cidade. Desarmados e com as mãos amarradas às costas, os japoneses fizeram silenciosamente o caminho de volta até a delegacia, em fila indiana, mas de cabeças levantadas, com ar vitorioso. Já na

polícia, quando o delegado decidiu despi-los para ver se alguém trazia armas ocultas sob a roupa, uma nova surpresa aguardava os curiosos que se aglomeravam na sala do subdelegado Lemes Soares: cada um deles trazia amarrada ao peito, entre a roupa e a pele, uma bandeira japonesa de seda. Não a tradicional, mas a bandeira do Japão guerreiro, na qual o sol central explode em raios vermelhos sobre o branco.

Colocados nas celas e chamados um a um para depor, os japoneses deram com a presença do contador Jorge Okazaki, de novo colaborando com o delegado como intérprete ad hoc. Nenhum deles abriu o bico. Todos sustentaram que estavam na cidade não para cometer algum crime, apenas para matar Edmundo e lavar com o sangue do cabo o ultraje à bandeira do Japão. Ao passar por Okazaki, Eiiti Sakane fuzilou-o com os olhos e ameaçou:

“Você está com o coração sujo. Lave sua garganta, traidor.”

Quando o último deles retornou à cela, já com o dia clareando, o assunto lá era um só: a desenvoltura com que Jorge Okazaki, o intérprete improvisado, ajudara o delegado nos interrogatórios. Um carcereiro se encarregou de envenená-los ainda mais, contando que a surra que Koketsu levava na cadeia tinha sido dada por ordem do patrício. E, durante os depoimentos, fora ele quem insistira, em português, para que o policial os apertasse em busca de informações sobre a tal seita de fanáticos. Quando Soares tocava no assunto, porém, a resposta era a mesma: ninguém jamais ouvira falar naquela história. Insistiam em que haviam ido lá para matar o cabo Edmundo, nada mais. Nenhum deles tinha dúvidas: Jorge Okazaki estava a serviço da polícia, contra o Japão.

O policial farejou que podia estar diante de algo mais grave que uma mera desinteligência entre os japoneses e o cabo. No dia 5 de janeiro mandou esconder Edmundo em lugar seguro e decidiu transferir o problema para seu superior imediato, o delegado regional. Protegidos por uma escolta da Força Pública, os sete presos foram levados à cidade de Marília, a 74 quilômetros de distância

de Tupã. Junto com eles ia um ofício dirigido ao delegado Renato Imparato, no qual Soares manifestava suas apreensões e confirmava as suspeitas de que Okazaki colaborava com a polícia:

Solicito ainda mandar apurar convenientemente para que os acusados esclareçam a verdade, o que se recusaram a fazer aqui; mandar para Tupã uma turma de investigadores especializados, pois que consta haver grupos maiores neste município, que devem ser metidos no xadrez e processados, bem como para garantir a vida de um que foi visado e que é nosso informante leal e benquistado nos nossos meios sociais.

Um dia depois de chegarem a Marília, os presos começaram a ser ouvidos. Não pelo pessoal da delegacia local, mas por um certo “dr. Rui”, delegado do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, que tinha viajado da capital especialmente para interrogá-los. No primeiro contato com ele, os japoneses se deram conta de que estavam diante de mais um kokuzoku — um traidor da pátria: para atuar como intérprete, o policial do DOPS levava consigo um nissei, o estudante de engenharia “Paulo” Yoshikazu Morita. Este empalideceu ao ouvir Sakane, quando os dois se cruzaram num corredor, repetir a enigmática ameaça que fizera a Okazaki:

“Você tem o coração sujo, então deve manter a garganta lavada...”

Ouvidos dezenas de vezes enquanto estiveram presos em Marília, os sete não pronunciaram uma sílaba além do que haviam dito em Tupã. Não se abalaram nem mesmo quando os policiais começaram a exhibir-lhes panfletos escritos em japonês, sustentando que o Japão tinha vencido a Segunda Guerra Mundial. Separadamente ou durante acareações, todos juraram jamais ter visto os tais boletins.

O mutismo deu resultado. No dia 28 de janeiro os presos souberam que uma mão generosa havia contratado em São Paulo os

serviços do criminalista Paulo Lauro, um jovem mas já festejado advogado negro. Lauro era correligionário do ex-interventor paulista Ademar de Barros, a quem, meses antes, ajudara na criação do PSP — Partido Social Progressista. Acompanhado de um advogado de Tupã, Quirino Travassos, Paulo Lauro chegou a Marília para soltar os japoneses. Pagou a fiança, cumpriu pequenas formalidades e, quando se preparava para deixar a delegacia, ouviu um investigador fazer uma provocação duplamente racista, que dava a medida do ambiente em que os imigrantes japoneses viviam na região. Dirigindo-se ao grupo recém-libertado, o policial falou com desprezo:

“Vocês dizem que o Brasil não é democrático? No Japão vocês já teriam entrado na faca. Aqui vocês, amarelos, são hóspedes de um país de brancos, tentaram matar um mulato e agora estão sendo defendidos por um preto. Depois ainda dizem que são discriminados...”

Quando retornaram a Tupã, os sete foram recebidos pela colônia como heróis. O fotógrafo Masashige Onishi já havia reservado o galpão de festas nos fundos de um restaurante em frente a seu ateliê fotográfico. Antes de levá-los ao encontro da multidão, porém, Onishi achou que tinha que registrar aquele momento histórico. Do outro lado da rua, na sua loja de fotografias, juntou o grupo, ainda com as roupas que vestiam — as mesmas que eles usavam na caminhada pela cidade, no dia da prisão —, sugeriu uma pose e fez a foto cuja cópia passaria a ser vendida na colônia como símbolo do orgulho de ser japonês. Em seguida foi preciso repetir a fotografia várias vezes, com os sete cercados por admiradores engravatados. Só depois de uma rápida passada na Aikoku Seinendan, a Associação dos Jovens Japoneses, é que eles puderam finalmente entrar no galpão apinhado de patrícios — muitos deles já sob os efeitos do saquê, que corria abundante —, onde foram recebidos aos gritos de “Banzai Nippon!” (“Viva o Japão!”). Curiosamente, entre as centenas de convidados não havia uma só mulher. E embora ainda estivesse em vigor no Brasil uma lei do período da guerra, que proibia reuni-

ões públicas de “súditos do Eixo” — imigrantes alemães, italianos e japoneses —, nenhuma autoridade se atreveu a perturbar a festa, que se estendeu até as quatro horas da madrugada.

Na manhã seguinte, ao sair de casa, Jorge Okazaki percebeu que não adiantara nada mandar pintar a fachada para esconder a pichação feita dias antes. Lá estava de novo a ameaça, desta vez em caracteres japoneses ainda maiores: “Traidor da Pátria”. Certo de que acabara de ser condenado à morte, Okazaki foi a primeira pessoa a perceber que, quatro meses após a assinatura do acordo de paz entre o Japão e os Aliados, uma outra guerra estava começando. Infinitamente menor que a Segunda Guerra Mundial, claro. Mas profundamente dolorosa, porque desta vez eram japoneses contra japoneses.



Os “sete heróis” da colônia de Tupã tinham pouca coisa em comum, além do fato de serem imigrantes japoneses. Havia chegado ao Brasil em épocas diferentes e no Japão eram originários de províncias distantes umas das outras. Ao se conhecerem, semanas antes do “caso da bandeira”, perceberam, contudo, que havia algo superior a coincidências geográficas e temporais a aproximá-los: em primeiro lugar, a fé quase religiosa no imperador Hiroíto e o sonho de acumular economias suficientes para retornar à pátria. E, além disso, os sete atribuíam ao comportamento pouco patriótico de alguns imigrantes os padecimentos de que os japoneses vinham sendo vítimas desde que o Brasil entrara na Segunda Guerra Mundial. Para eles, se a colônia não estivesse contaminada por focos derrotistas, o governo brasileiro não teria a ousadia de tratá-los de maneira tão humilhante como vinha acontecendo.

As rígidas restrições impostas nos anos de guerra aos japoneses residentes no Brasil, no entanto, tinham sido apenas um capítulo a mais no calvário de provações vivido por eles desde o dia 18 de junho de 1908, quando aportou em Santos o navio Kasato Maru,

trazendo do Japão as primeiras 165 famílias de agricultores, num total de 786 pessoas. Levadas para triagem na Hospedaria dos Imigrantes, na capital paulista, elas experimentaram ali o primeiro de incontáveis choques culturais: a comida brasileira era intragável para um asiático. Habituaados a uma alimentação à base de legumes, cereais, verduras e peixes de água salgada, os japoneses sentiram náuseas diante da comida gordurosa que lhes ofereciam. Temperar com sal o feijão, que eles só conheciam como ingrediente de doces, por exemplo, parecia uma dieta feita sob encomenda para produzir diarreias.

Apesar do primeiro susto, seguiram confiantes rumo ao Oeste paulista, cujas matas estavam sendo derrubadas para dar lugar à onda verde dos cafezais. Em poucos dias as famílias já estavam distribuídas pelas regiões da Alta Paulista, Noroeste, Mojiana, Sorocabana e, em número menor, por Santos e outras cidades litorâneas. Mas bastaram algumas semanas para os japoneses perceberem que o país que haviam escolhido pouco ou nada tinha a ver com o Éden que lhes havia sido prometido no Japão pelas agências encarregadas de organizar a imigração. Estavam em um lugar cuja língua não entendiam e conviviam com um clima diferente, com gente que tinha costumes, religião e até caras diferentes das deles. Seus hábitos, como tomar banho sentados no ofurô, a banheira circular de madeira, eram ridicularizados pelos brasileiros. Suas mulheres eram chamadas de “macacas” pelas vizinhas, porque carregavam os bebês presos às costas. Homem que saísse na rua calçando o jikatabi — o sapato japonês em que o dedão do pé fica separado dos demais, semelhante ao casco de um animal — era imediatamente apelidado de “unha de vaca”. As acomodações que lhes foram oferecidas deixavam desoladas principalmente as mulheres, que passariam a vida dentro de casa. Ao ver a casa de paredes de coqueiro e teto de zinco que lhe haviam dado, na região de Braúna, a imigrante Sizue Abe, talvez por ser filha e neta de samurais, não se conteve e desatou em prantos. Sem assistência médica, sem escolas para os filhos e muitas vezes

trabalhando em regime semi-escravista, era natural que a desagregação acontecesse. Um ano depois da chegada do primeiro navio, apenas 191 imigrantes permaneciam nas fazendas para as quais haviam sido destacados. Nem mesmo os animava a perspectiva de um dia poder comprar uma gleba de dez alqueires, ou 24 hectares — quase uma fazenda, para os padrões japoneses. Afinal, por que comprar terras no Brasil se o projeto de vida era voltar para o Japão com alguma poupança? O remédio era se conformar, comer pouco, vestir-se mal e economizar dinheiro para o retorno.

Não obstante todos os percalços, os navios japoneses continuaram desembarcando imigrantes no porto de Santos. Nos primeiros sete anos de duração do acordo entre os dois países, o Japão despachou para o Brasil mais 3434 famílias — ou 14 983 pessoas. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, o fluxo migratório adquire um ritmo vertiginoso: entre 1917 e 1940 mais 164 mil japoneses se mudam para o Brasil, sendo que apenas 25 por cento deles tomam o destino do Paraná, de Mato Grosso e de outros estados. A maioria decide radicar-se em São Paulo. As “colônias” ou bairros japoneses se multiplicam como cogumelos no Oeste do estado. Em torno das primeiras residências logo nascem armazéns, farmácias, açougues, serrarias, quitandas. Todos, sem exceção, identificados por placas com dizeres em japonês. A cada duas ou três semanas aparecia nas colônias um dos primeiros imigrantes a desistir da enxada, Gengo Matsui, que tinha se transformado em projetorista de cinema. Ganhava a vida exibindo filmes japoneses, cada noite numa vila diferente. Incapazes de entender as fitas em cartaz nos cinemas das cidades, os japoneses aguardavam ansiosos a chegada de dramalhões como *O trilho da morte* e *Romance de Tóquio*.

Ainda que aparentemente decididos a não se integrar ao novo país, os japoneses acabavam caindo em tentações bem brasileiras, como o jogo do bicho — atividade que surgia nas vilas às vezes mais depressa do que o comércio legal. Além da banca de bicho, outra instituição típica da abertura de fronteiras agrícolas era a indefec-

tível zona de meretrício. A sedução que “a zona” exercia junto aos homens da colônia japonesa era tal que Marília, então uma cidade de 80 mil habitantes, dos quais 20 mil eram japoneses, registrava, no final dos anos 30, uma estatística surpreendente: dos 653 imóveis construídos na cidade, 87 eram ocupados por prostíbulos. O sucesso dos randevus, como eram chamadas as casas de tolerância, acontecia apesar de apenas quatro por cento dos imigrantes serem adultos solteiros. Ao contrário do que acontecera nos fluxos de japoneses para o Canadá e Havaí, a imigração para o Brasil estava baseada na unidade familiar, e não no indivíduo. Cada contrato previa o fornecimento de mão-de-obra de pelo menos três adultos, o que levava os imigrantes a recorrerem às chamadas famílias compostas, cuja formação os obrigava a incorporar parentes distantes para estarem aptos a viajar.

Nos confins do sertão paulista as cidades continuavam nascendo. Na ausência de autoridade e serviços públicos, essas funções eram exercidas pelas cooperativas, tão logo elas começaram a surgir, ou pelo escritório da Bratac e da Kaigai Kogyo Kabusheki Kaisha, a കക്കക — as agências japonesas responsáveis pela imigração, proprietárias dos quase 100 mil alqueires em que a maioria dos japoneses se assentaria em São Paulo e no Paraná. A instalação de postos telefônicos, a abertura de estradas vicinais e às vezes até o papel de polícia e de prefeitura ficavam a cargo de entidades privadas ligadas aos imigrantes, sem que disso jamais decorresse nenhum incidente grave.

Apesar de todos os esforços, os dissabores dos japoneses pareciam não ter fim. O surgimento, em poucas décadas, de uma colônia estrangeira tão numerosa desenterrou ódios nacionalistas de caráter abertamente racista. Em nome de uma “teoria do melhoramento do tipo racial”, homens públicos como Miguel Couto, Félix Pacheco e Xavier de Oliveira, entre outros, haviam incendiado as tribunas da Constituinte de 1934 em cruzada contra o “perigo amarelo”. O deputado federal mineiro Fidélis Reis orgulhava-se

de ser o autor do que seria considerado o “primeiro projeto de lei antijaponês”. Muitos anos antes do começo da Segunda Guerra, os “eugenistas”, com o indisfarçado apoio da conservadora Igreja católica de dom Sebastião Leme, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, já viam o imigrante japonês como um problema. Um perigo cuja prevenção exigia “cuidados extremos e vigilância atenta”. Influenciada por essas idéias, grande parte da imprensa se referia aos núcleos de imigrantes como “quistos asiáticos”. O médico Miguel Couto, deputado pelo Rio de Janeiro, apresentou uma proposta de emenda constitucional limitando a cota anual de imigração de cada país em “no máximo dois por cento do total de nacionais de cada país nos cinqüenta anos anteriores”. Convencido de que a aprovação da emenda seria uma agressão tão grande ao Japão que “implicaria necessariamente a devolução do passaporte ao embaixador japonês”, Getúlio Vargas instruiu sua bancada a dar parecer contrário à proposta. Miguel Couto respondeu com uma declaração teatral:

“Se a emenda não for aprovada, só me resta ensinar japonês aos meus netos, porque a qualquer momento o Brasil será presa do Japão.”

Não precisou chegar a tanto. A emenda foi aprovada e passou a fazer parte da Constituição. Pelas novas disposições, o Japão, que no começo dos anos 30 chegara a despachar para o Brasil até 25 mil imigrantes por ano, ficava limitado a uma cota anual de no máximo 4 mil imigrantes.

Não apenas pragas políticas pareciam conspirar contra os japoneses. Um breve surto de malária, por exemplo, doença inteiramente desconhecida para os japoneses, era suficiente para produzir tragédias. Como a que viveram os moradores da colônia Hirano, criada em Cafelândia pelo pioneiro Umpei Hirano, um dos passageiros do Kasato Maru. Em poucos dias a malária fez oitenta vítimas fatais. Mal os sobreviventes enterraram seus mortos, surgiram nos céus da colônia uma nuvem negra, que parecia avançar veloz-

mente, empurrada pelo vento. Era nuvem, sim, mas de gafanhotos, que devastaram a lavoura em algumas horas.



Os imigrantes das primeiras levas foram contemporâneos indiferentes de algumas das mais importantes crises e mudanças políticas ocorridas no Brasil do século xx. Sentindo-se ainda japoneses, para eles pouco ou nada significaram acontecimentos como a Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, a Coluna Prestes, de 1924 a 1926, e até mesmo a Revolução de 1930. Na Revolução de 1932, São Paulo chegou a ter nisseis nas suas trincheiras, mas nada que significasse comprometimento da colônia com a causa. No final de 1938, entretanto, medidas tomadas pelo presidente Getúlio Vargas para enfrentar os “inimigos internos” iriam repercutir duramente na vida da comunidade japonesa. Três anos depois de ter derrotado os comunistas na revolta de 1935, Getúlio foi despertado na madrugada de 11 de maio de 1938 com a notícia de que estava sitiado dentro do Palácio Guanabara, residência oficial do presidente. Do lado de fora, três dezenas de seguidores do líder integralista Plínio Salgado, armados de fuzis e metralhadoras, assaltavam o palácio presidencial a tiros. Contido em poucas horas por auxiliares do presidente — entre eles sua filha, Alzira Vargas —, o Putsch direitista daria ao governo o desejado pretexto para asfixiar ainda mais as liberdades democráticas. As quais já eram praticamente inexistentes desde 10 de novembro de 1937, quando o presidente instituiu o Estado Novo, fechou o Congresso e os partidos políticos, colocou a imprensa sob censura e suspendeu as eleições presidenciais previstas para 1938. Mas, como os japoneses não votavam e eram raros os que liam português, censura e arrocho político eram temas que não lhes diziam respeito.

A Ação Integralista Brasileira, que inspirara o frustrado golpe contra o palácio, mantinha, no entanto, notórias relações com o

fascismo italiano e com os nazistas da Alemanha de Hitler. A polícia descobrira que os revoltosos haviam chegado a pedir armas ao Terceiro Reich para enfrentar eventual resistência militar por parte do governo. Novamente transformadas em inimigas do Brasil, as “ideologias exóticas”, que em 1935 eram disseminadas pelos comunistas da União Soviética, agora tinham origem também na Itália e na Alemanha. No bojo da repressão a tudo o que soasse estrangeiro, Getúlio baixou no dia 20 de agosto de 1938 um decreto proibindo publicações em línguas estrangeiras sem prévia permissão do Ministério da Justiça. Era o primeiro golpe contra a colônia japonesa. Na época circulavam em São Paulo cerca de duas dezenas de publicações regulares em língua japonesa, das quais apenas cinco tinham expressão: Seishu-Shimpo, Brasil Asahi, Nambei, Nippak Shimbun e Burajiro Jiho. Somadas, suas tiragens passavam dos 50 mil exemplares — e eram a única fonte de informação dos cerca de 200 mil japoneses residentes em São Paulo. Aparentemente sem pretendê-lo, Getúlio acabara de decretar a morte lenta da imprensa japonesa no Brasil. Alguns veículos ainda tentaram sobreviver, mas era humanamente impossível submeter-se todos os dias, no caso dos jornais diários, à sonolenta burocracia do governo brasileiro para obter a permissão exigida. Outros passaram a ser impressos em português, para em seguida fechar as portas ao descobrir que não havia quem os lesse.

Os imigrantes japoneses enxergaram no decreto, porém, um detalhe que os deixou ainda mais apreensivos. Em nome da necessidade de impedir “o cultivo demasiadamente vivo da língua, de tradições e costumes estrangeiros numa determinada zona”, o governo também proibira, além de jornais e revistas, a edição de livros em línguas estrangeiras. Como praticamente todos os japoneses educavam seus filhos na língua pátria — com livros escritos em japonês, importados ou impressos no Brasil —, o decreto significava que suas crianças seriam as próximas vítimas dos problemas internos dos brasileiros.

Em setembro de 1939 o Exército alemão invade a Polônia. Dois

dias depois, a França e a Inglaterra declaram guerra à Alemanha — e começa a Segunda Guerra Mundial. Nem o início nem a generalização do conflito, nos dois anos seguintes, provocariam alguma mudança na vida dos japoneses residentes no Brasil. A invasão da Dinamarca, da Bélgica e da Noruega por tropas do Terceiro Reich, a entrada da Itália de Mussolini na guerra, ao lado dos alemães, e até mesmo a capitulação da França ante os nazistas eram notícias distantes demais do dia-a-dia deles. Mas em 27 de novembro de 1940 o Japão adere à aliança denominada “Eixo”, criada em 1936 pela Alemanha hitlerista e a Itália fascista. A presença na guerra do invencível Exército Imperial japonês, isso sim, era um acontecimento que falava de perto à alma dos japoneses. Não apenas o Japão, mas cada um dos japoneses, onde quer que se encontrasse, também estava em guerra. Entre os quais os cerca de 250 mil residentes no estado de São Paulo.

Apesar das agressões que o Brasil passou a sofrer tão logo a guerra começou, o ditador Getúlio Vargas ainda levaria um bom tempo para se manifestar sobre o conflito. Entre setembro e dezembro de 1939, três navios mercantes brasileiros, o Siqueira Campos, o Buarque e o Itapé, são retidos pela armada britânica e confiscadas as mercadorias de origem alemã destinadas ao Brasil que transportavam. No caso do Itapé, os ingleses, além da apreensão da carga, obrigam a desembarcar e prendem 22 passageiros alemães. As iniciativas acabam gerando um forte sentimento antibritânico no Brasil.

Em março de 1940 Getúlio Vargas envia seu primeiro recado aos imigrantes, em um discurso pronunciado na cidade de Blumenau, em Santa Catarina, região onde se concentrava o grosso dos alemães que viviam no país. “O Brasil não é inglês nem alemão!”, repete o presidente. Getúlio lembra aos estrangeiros que “aqui todos são brasileiros, porque nasceram no Brasil, porque aqui receberam a sua educação!”. Sem terem sido sequer mencionados pelo presidente, os japoneses de São Paulo respiraram aliviados. Mas seria

por pouco tempo.

Com a intensificação da guerra, agravam-se os ataques alemães a navios mercantes brasileiros. Em meados de 1941 desaparece em alto-mar o Santa Clara. Semanas depois, o Siqueira Campos é parado a tiros de canhão por um submarino alemão e o Taubaté é metralhado no Mediterrâneo por um avião alemão, episódio em que morre um tripulante e treze ficam feridos. Ainda assim, o Brasil manteria sua neutralidade por mais alguns meses. No dia 7 de dezembro de 1941, no entanto, o mundo é despertado por uma notícia espantosa: a frota americana do Pacífico é destruída pelos japoneses na base naval de Pearl Harbor, no Havaí. No dia seguinte, os Estados Unidos declaram guerra ao Japão. Não havia mais dúvidas de que o Brasil teria que se decidir por um dos dois lados.

Mas Getúlio não dava mostras de já ter escolhido os parceiros. No começo do ano o presidente americano Franklin Roosevelt havia autorizado um empréstimo de 100 milhões de dólares ao Brasil, como decorrência do Lend and Lease Act, a lei americana de empréstimo e arrendamento de material bélico aos países vítimas de agressões. Surpreendeu-se, contudo, quem supôs que o dinheiro selava o casamento entre os dois países. No dia 20 de abril, Vargas enviou telegrama de felicitações ao ditador nazista Adolf Hitler, que completava 51 anos. Tanto a mensagem de Vargas como a resposta de Hitler seriam divulgadas pelo palácio do governo brasileiro. Como se agisse com o propósito deliberado de confundir os analistas políticos, simultaneamente ao namoro com Hitler os jornais noticiavam que a viagem ao Rio de Warren Pierson, presidente do Banco de Importação e Exportação americano, o Eximbank, encerrada dias antes, rendera ao Brasil generosos contratos de exportação de borracha, diamante, quartzo e manganês para os Estados Unidos. A neutralidade brasileira, no entanto, estimulou o surgimento, no governo e na sociedade, dos grupos de pressão. A União Nacional dos Estudantes, a UNE, e o que restava do movimento sindical, controlado pelo Estado Novo, decidiram levar para a rua uma discussão

que já não cabia mais nos gabinetes: exigiam que o Brasil entrasse na guerra, mas ao lado dos Aliados. As divergências do ministro das Relações Exteriores, o pró-Aliados Osvaldo Aranha, com o chefe de polícia do Distrito Federal, o germanófilo Filinto Müller, também acabariam transbordando para praça pública.

No dia 4 de julho os estudantes decidiram festejar o aniversário da independência dos Estados Unidos com uma gigantesca manifestação de rua a favor da entrada do Brasil na guerra contra o Eixo. A “Passeata Estudantil Antitotalitária”, que seria a primeira manifestação pública não autorizada desde a criação do Estado Novo, contava com o apoio discreto de Osvaldo Aranha, do interventor no estado do Rio e genro do presidente, Ernani do Amaral Peixoto, e do ministro interino da Justiça, Vasco Leitão da Cunha. Declaradamente contra a passeata, o poderoso Filinto Müller decidiu enfrentar Leitão da Cunha, mas acabou recebendo deste voz de prisão, no meio de um bate-boca no Ministério da Justiça. A passeata foi um sucesso. Dias depois, Getúlio dava mais uma indicação do rumo a seguir, demitindo seu velho e fiel camarada Filinto Müller.

Enquanto os brasileiros discutiam, os alemães atiravam. Num período de poucas semanas, entre junho e julho, mais cinco navios brasileiros foram postos a pique no Caribe. Em agosto o Baependi e o Araraquara foram bombardeados nas costas de Sergipe. No dia seguinte foi a vez do Aníbal Benévolo e, dois dias depois, seriam afundados no litoral da Bahia o Itagiba e o Arará. Em três dias 610 brasileiros tinham sido mortos pelos torpedos alemães. Getúlio, no entanto, permanecia indecifrável. No final de agosto novas manifestações pró-guerra ao Eixo ocuparam as ruas do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras. Na então capital da República, os manifestantes encerraram uma passeata na porta do Palácio Guanabara. Getúlio discursou da sacada, prometendo medidas de represália contra os agressores, mas silenciou sobre o que mais se queria ouvir: os manifestantes voltaram para casa sem saber se o Brasil entraria na guerra. Nem de que lado ficaria, se entrasse.